

A tríplice revolução da geração keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas

*Fabio Sá Earp**

Este trabalho discute a difusão do pensamento econômico à luz de alguns desenvolvimentos recentes no campo da história das idéias. A hipótese sustentada é que a difusão de uma teoria não é função apenas (nem principalmente) da qualidade específica da mesma, em termos lógicos ou de capacidade explicativa. Vendo a difusão de idéias como um processo de socialização, propõe que, ao menos em determinados casos, a implantação de novas escolas econômicas faz parte do surgimento de uma nova **geração sociológica**. Foi aqui adotado como exemplo o estudo do caso do keynesianismo em função, sobretudo, da abundância de estudos recentes sobre o assunto, que proporciona considerável massa crítica.

Trabalharei com uma definição de keynesianismo tomada de Eatwell (1987, p.46), que considera esse rótulo aplicável "(...) tanto às conclusões da **Teoria Geral** quanto a proposições que, embora não encontradas nesta obra, são consideradas derivadas de seus argumentos, por vezes erradamente". Em especial, após o cisma representado pela Polêmica de Cambridge, considerarei keynesianismo como sendo a versão da síntese neoclássica, por ter sido esta a que se difundiu dentro da profissão.¹

A maioria dos estudos tradicionais centra-se na contribuição do keynesianismo para a teoria econômica. Adicionalmente, dedicava-se alguma atenção à difusão das políticas econômicas de corte keynesiano, mas sem maior rigor teórico. A explicação usual é que esse viés se deve a serem estudos feitos por economistas teóricos, preocupados com o recorte afeito a seu campo de especialização (Skidelsky, 1977, p.63). Mais recentemente, historiadores e cientistas sociais passaram a tentar explicar de maneira mais rigorosa as

* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ Apesar da preferência pessoal deste autor, enquanto consumidor de teoria econômica, ser pela leitura dos puristas britânicos, como Joan Robinson e Nicholas Kaldor, bem como dos atuais pós-keynesianos.

transformações ocorridas na teoria e na política econômica. Essas abordagens enfocam prioritariamente a interação entre economistas e suas clientelas, trabalhando com um conjunto relativamente grande de variáveis explicativas.

Acredito que o processo pode ser proficuamente abordado a partir de uma dessas linhas, a teoria ator-rede, adaptada para o caso do estudo das idéias econômicas por Yonai (1994; Earp, 1996). Esse esforço está ligado a um processo bastante recente de repensar a história do pensamento econômico, incorporando contribuições derivadas dos estudos acerca da história de outras disciplinas científicas (Shabas, 1992; Portocarrero, 1994; Schwartzman, 1994). Tal abordagem é compatível com a visão de Colander e Landreth (1996), que vêem a revolução keynesiana como resultado de um tripé, uma revolução teórica, uma revolução na política econômica e uma revolução pedagógica. A demonstração da compatibilidade dessas duas abordagens é o objetivo da primeira parte deste artigo.

Mas a ênfase no aspecto pedagógico proposto por Colander e Landreth dá margem a um desdobramento no trato da questão. Pedagogia é a formação de uma nova geração, sendo essencial para a difusão de novas idéias. É conhecido o fato de que os keynesianos emergiram como uma nova geração de pensadores, sem que se tenha, até onde conheço, dado maior importância ao fato e nem retirado as conseqüências possíveis acerca do processo de ascensão e abandono de um corpo de idéias econômicas. Acredito que pode-se obter resultados promissores com a introdução do conceito de **geração sociológica** apresentado por Phillip Abrams (1982), o qual finalmente nos conduz à recuperação de algumas reflexões de Albert Hirschman (1982) quanto aos condicionantes de mudanças de comportamento de grupos. Esta seria a outra contribuição do artigo, que dela se ocupa em sua segunda parte.

1 - A teoria ator-rede e a tríplice revolução keynesiana

Um cientista adota uma dada teoria por sua capacidade de explicar um determinado objeto. No entanto, se quiser fugir da torre de marfim, obter reconhecimento social e recursos para a pesquisa, precisa ganhar legitimidade frente a seus pares. Precisa dialogar com os mesmos; uma teoria tem como requisito fundamental constituir-se em uma linguagem comum a um grupo (McCloskey, 1985, cap.1).

A abordagem ator-rede vê os cientistas como atores sociais voltados à promoção de suas contribuições e à obtenção de reconhecimento da comunidade.

de acadêmica quanto à validade das mesmas, de forma a transformá-las em uma **caixa-preta**² utilizável pelos pares. Não é necessário o consenso quanto à validade da nova proposição; basta que uma parte razoável da comunidade acadêmica se disponha a utilizá-la — ou combatê-la — para que se forme uma rede de pesquisadores que a legitimem. O trabalho de um cientista consiste em desenvolver os conhecimentos, criando novas caixas-pretas, e difundir as idéias, criando novos adeptos para aquele corpo teórico. Neste último processo, os cientistas freqüentemente se envolvem em testes de força, quando cotejam e tentam afirmar as contribuições da visão de sua rede contra redes rivais.

Nos testes de força, são usados diversos métodos: exercícios de disputa metodológica e retórica (inclusive a aplicabilidade do novo conhecimento para a explicação do mundo), provando a superioridade da proposta de forma a cooptar colegas e discípulos; o encaixe da proposta em teorias mais amplas; a adesão a aspectos consagrados ou esquecidos da obra de cientistas do passado; a compatibilidade com disciplinas vizinhas, das quais se pode importar prestígio; a obtenção de recursos capazes de sustentar pesquisadores e equipamentos, o que inclui o controle de instituições de pesquisa e fomento; a definição de rotinas de pesquisa e de parâmetros de excelência, etc.

Minha contribuição pessoal para essa teoria consiste em afirmar que a divulgação no seio da comunidade científica da vitória de uma caixa-preta em um teste de força gera uma externalidade positiva, que aumenta a predisposição de novos usuários potenciais a conhecê-la. Trata-se aqui da aplicação do velho conceito de **efeito-demonstração**, ou seja, o desejo por parte de um indivíduo ou grupo de usufruir de algum benefício de que outros já desfrutam. Pode-se dizer, portanto, que a vitória nos primeiros testes gera um **efeito-legitimação** que expande o número de usuários dispostos a conhecer a teoria e que, a partir de um certo ponto, o acúmulo de vitórias gere um **efeito-consagração**, cujo resultado é tornar aquela teoria de conhecimento obrigatório na comunidade acadêmica.

No caso da economia, a meu ver, a vitória nos testes de força indispensáveis à montagem de uma rede requer a aceitação da caixa-preta em diversas versões, para públicos distintos. Proponho trabalhar com quatro versões da teoria: V1, a versão erudita (correspondente ao pensamento de fronteira, para consumo dos teóricos mais rigorosos); V2, a versão intermediária (correspondente à ciência normal, para consumo dos economistas aplicados); V3, a versão introdutória (para os estudantes); e, V4, a versão estilizada (para o consumo do público leigo).

² Ou seja, um corpo de idéias que é aceito sem discussão por uma parte dos especialistas.

Com essas versões como ferramentas, pode-se caminhar para a legitimação e a consagração da caixa-preta, com sua difusão em massa, a alocação de verbas para a pesquisa e a colocação de seus defensores, bem como para a cooptação de novos fiéis em cargos importantes na universidade, no Governo, na imprensa e nas empresas. Dessa maneira, criam-se condições para a ampliação da área de influência daquele grupo sobre os leigos.

Acredito que esse modelo de análise pode ser usado proveitosamente para o caso da revolução keynesiana em seus três campos. A revolução na teoria econômica faz-se pela vitória nos testes de força com as versões V1 e V2; a revolução na política econômica faz-se pela vitória das versões V2 e V4; e a revolução pedagógica resulta do sucesso da versão V3.

1.1 - A revolução na teoria econômica

No que se refere ao pensamento keynesiano, a versão V1 está na **Teoria Geral**, nas aulas em Cambridge e nas discussões no Keynes Club; a V2 aparece nas diversas simplificações a que a nova teoria foi submetida, como o modelo IS-LM e a **Teoria Geral do Emprego**, de Joan Robinson.

A V1 não foi bem-sucedida em alguns de seus primeiros testes de força. Muitos acadêmicos seniores rejeitaram a proposta de Keynes por considerá-la superficial, diante de alternativas propostas por autores como Dennis Robertson, Allyn Young e Frederick Hayek.³ Mas, apesar dessas recusas, destacam Colander e Landreth, um importante fator para a aceitação da explicação de Keynes era o fato de que esta, seguindo o famoso “estilo didático de Cambridge”, era mais simples do que aquela fornecida por seus principais rivais.⁴ As idéias de Keynes

³ Ver, por exemplo, Colander e Landreth (1996), Mizen e Presley (1995), Johnson (1975) e Skidelski (1977, 1992).

⁴ “(...) a reflexão de Dennis Robertson na Inglaterra sobre equilíbrio seqüencial era uma tentativa de chegar a alguns desses mesmos resultados, mas de uma forma tão complicada que ficou fora do alcance da maioria de seus contemporâneos. Da mesma maneira, (...) o trabalho de Allyn Young em teoria monetária estava começando a lidar com questões similares (...). Por que então a revolução é atribuída a Keynes, não a Robertson ou a Young? Em muitos aspectos, os argumentos de Robertson, Young e Hayek convergiam com os de Keynes e mesmo os ultrapassavam, mas eram muito complicados para serem compreendidos e valorizados sem uma compreensão profunda da teoria monetária clássica, que era acessível apenas aos teóricos de ponta. O trabalho de Keynes permitia a simplificação porque criava toda uma nova terminologia e estava inserido em uma estrutura totalmente diferente. Jovens estudantes, ainda não instruídos no raciocínio clássico, eram apresentados a um sistema operacional diferente e de fácil compreensão. Essa facilidade fez com que o keynesianismo contagiasse os jovens e o tornasse tão simples para os mais velhos.” (Colander, Landreth, 1996, p.14).

eram apresentadas, nas palavras de Harry Johnson, no nível ótimo de dificuldade para o sucesso intelectual: "(...) nem tão simples a ponto de serem entendidas sem esforço pessoal, nem tão complexas a ponto de desafiar a compreensão".⁵ Mais ainda, a interpretação "bastarda" a partir do modelo IS-LM abria uma ponte para a tradição do equilíbrio geral walrasiano; portanto, acenando para toda uma legião de usuários potenciais.

Na linguagem que estou propondo, Keynes perdeu seus primeiros testes de força, referentes à V1, ao não conseguir enquadrar suas propostas teóricas nas teorias aceitas pelo *mainstream*, em particular com a tradição marshalliana que até então compartilhava com seus colegas de geração de Cambridge. A pretensa filiação a uma tradição malthusiana foi um artifício que também não parece ter despertado maior entusiasmo. No entanto as idéias de Keynes ganharam adeptos por virem expressas em uma nova linguagem, que escapava às armadilhas embutidas no raciocínio marshalliano sobre comportamento dos agentes e formação de preços. O enfoque nos fenômenos macro foi feito a partir das novas categorias analíticas criadas pelo autor, sem o recurso a aspectos mais complexos da teoria ortodoxa, que foram confinados ao campo da microeconomia. Operou-se, portanto, o que Gaston Bachelard chamava de mudança de problemática, com o abandono pelos keynesianos da discussão teórica mais pesada e a concentração de seus esforços na divulgação da V2.

Um outro teste de força veio fortalecer as idéias de Keynes, na versão V2: sua compatibilidade com os avanços na Contabilidade Social e da estatística econômica verificados em sua época. Por isso, mesmo que derrotadas no campo teórico, podiam ser testadas quanto à sua aderência a problemas práticos do mundo real. Ao mesmo tempo, serviram de reforço para os estatísticos que tentavam produzir séries de grandezas consagradas como macroeconômicas. Diversos keynesianos, mais preocupados com economia aplicada do que com a estrutura profunda, se dedicaram a tais exercícios de mensuração. Criou-se, assim, uma aliança interdisciplinar que fortaleceu a ambas as partes. Até onde conheço, o *mainstream* era incapaz de proporcionar resultados comparáveis. Essa aliança proporcionou aos keynesianos o acesso às agências públicas de estatística e, por conseguinte, às clientelas das mesmas — os *policy-makers*. Por intermédio destes últimos, foi possível alocar verbas crescentes aos programas de pesquisa keynesianos na universidade.

Finalmente, a legitimidade assim conferida ao keynesianismo permitiu a consagração de rotinas de pesquisa propostas pelo mesmo. Convém lembrar que, em seus primórdios, a estatística econômica e a econometria eram ramos

⁵ Citado em Blaug (1991, p.181).

cuja legitimação teórica vinha em grande parte do institucionalismo, não do *mainstream*.⁶ Sua incorporação nas rotinas de pesquisa keynesianas constituiu-se num trunfo de tal importância que provocou sua adoção até por alguns adversários do keynesianismo, entre os quais muitos institucionalistas (dos quais Galbraith talvez seja o exemplo mais conhecido).

O deslocamento tático representado por essa mudança de problemática não escapou aos olhos de seus pares, sendo por muitos rejeitado como ilegítimo. Por exemplo, Schumpeter via o keynesianismo como o resultado da ação de uma seita, com algo próximo do caráter de uma religião.⁷ Mas o sucesso foi tamanho que acabou isolando os críticos. Ao final, mesmo a incessante crítica de Robertson acabou cedendo por força de pressões as mais variadas (até mesmo de Pigou), o que levou esse autor a trocar Cambridge pela London School of Economics (Skidelsky, 1992, p.593) e a viver em relativo isolamento até 1963, quando morreu denegrado pela pecha de último defensor da teoria cardinal da utilidade. A pressão sobre os críticos só desapareceu recentemente, com a perda de popularidade das políticas de corte keynesiano e de sua base teórica, o que conduziu à redescoberta, dentre outras, da obra do próprio Robertson.⁸ Enquanto isso, segundo alguns, a revolução keynesiana no campo teórico teria ficado inacabada por meio século, estando apenas atualmente voltando a desenvolver-se, com o trabalho dos novos keynesianos.⁹

⁶ Por exemplo, Frank Knight, um dos mais eminentes professores de Chicago, era um adversário ferrenho de tais práticas, bem como do uso de métodos matemáticos com um grau mínimo de sofisticação. Sobre o tema, ver Yonai (1994).

⁷ “Formou-se uma Escola keynesiana; não uma escola no sentido em que alguns historiadores falam de uma escola francesa, alemã ou italiana, mas uma verdadeira Escola no sentido sociológico do termo, uma entidade formada por um grupo que venera um Velho Mestre e Uma Doutrina, com seu círculo interno, seus propagandistas, suas palavras de ordem, suas doutrinas esotérica e popular. Além do núcleo de keynesianos ortodoxos, existe uma franja de simpatizantes e, depois desta, aqueles que absorveram de uma forma ou outra, de forma correta ou tosca, parte do espírito ou alguns itens da análise keynesiana. Existem apenas dois casos análogos na história da ciência econômica — os fisiocratas e os marxistas.” (citado em Colander e Landreth (1996, p.10)).

⁸ Ver Mizen e Presley (1993).

⁹ “A revolução teórica keynesiana só agora está sendo retomada com o desenvolvimento de modelos macroeconômicos de múltiplos equilíbrios no contexto da Teoria dos Jogos. Nesses novos trabalhos a essência da revolução teórica keynesiana é que a trajetória de desequilíbrio dinâmico pode afetar o equilíbrio final de uma economia — e isto nos remete tanto aos trabalhos de Keynes como aos de Robertson e Young. Isto envolve fundamentos microeconômicos dinâmicos, não estáticos, e onde existem importantes *feedbacks* macro que tornam possível analisar a microeconomia apenas neste contexto macroeconômico.” (Colander, Landreth, 1996, p.17-18).

Assim, no embate teórico, Keynes e os keynesianos deixaram de lado aspectos essenciais que não conseguiam equacionar. Ao invés de enfrentar essas questões, o keynesianismo no campo da teoria contentou-se com a controversa **Teoria Geral** e o acessível modelo IS-LL (mais tarde IS-LM). Ao mesmo tempo, voltou-se para a estrutura de superfície, ocupando um espaço onde seu combate tinha melhores perspectivas: a teoria da política econômica, concentrando-se em desenvolver os instrumentos indispensáveis à justificativa de determinado tipo de ações governamentais propostas.

Não é coincidência, portanto, o fato de que seus discípulos foram quase exclusivamente os jovens economistas, pouco afeitos à complexidade do raciocínio dos rivais. Como Samuelson destaca, nenhum economista abaixo de 35 anos escapou ao fascínio do keynesianismo, e pouquíssimos acima dos 50 anos a ele se converteram.¹⁰ Uma exceção foi Alvin Hansen, que se notabilizara por uma resenha arrasadora da **Teoria Geral** e que aderiu sobretudo devido à adequação do keynesianismo a seus projetos de política econômica.

Assim como a ascensão do keynesianismo não resultou de sua inequívoca vitória teórica sobre o paradigma anterior, sua decadência não pode ser apontada como decorrente de sua falência teórica, mas da dificuldade em formular alternativas convincentes de política econômica diante do fenômeno da *stagflation*. A insatisfação com a caixa-preta keynesiana fez com que proliferassem, nos anos 70, correntes econômicas alternativas, bem como profissionais e estudantes dispostos a dar-lhes atenção. Refiro-me a marxistas, austríacos, pós-ricardianos, pós-keynesianos, neo-institucionalistas, além dos vitoriosos novos clássicos e novos keynesianos, que conseguiram legitimação e consagração ao serem integrados às propostas políticas neoliberais.

Vejamos, agora, o que ocorreu com o keynesianismo no campo da política econômica.

1.2 - A revolução na política econômica

"I think one of the most important reasons for the acceptance of Keynesian thought, even by those people who call themselves anti-Keynesian now, is not so much because they were originally persuaded by Keynes's arguments. When he came and spoke to Roosevelt, Roosevelt didn't understand him. Rather, it is because the war

¹⁰ Citado em Colander e Landreth (1996, p.13).

demonstrated how an enormous increase in spending would do what Keynes said it would do; that was a demonstration."(Lenner, 1936).

[“Creio que uma das principais razões para a aceitação das idéias keynesianas, mesmo por aqueles que hoje se consideram anti-keynesianos, não se deve principalmente ao fato de terem sido convencidos pelos argumentos de Keynes. Quando este veio falar com Roosevelt, Roosevelt não o compreendeu. Foi o fato de a guerra mostrar o quanto um enorme aumento da despesa poderia agir da forma prevista por Keynes que funcionou como a demonstração.”]

A influência das idéias keynesianas sobre a política econômica aparece pela difusão de uma versão V2 e uma V4. A versão V2 aparece em inúmeros relatórios apresentados pelo próprio Keynes aos colegas de que participou,¹² bem como no modelo IS-LM, no livro introdutório de James Meade e no livro de Joan Robinson, publicados na Inglaterra em 1936-37. Inicialmente malsucedida nos EUA, com o relativo fracasso do livro de Gilbert (1938), a V2 atingiu uma clientela de economistas profissionais, nas universidades e no governo, bem como em outros meios acadêmicos que tinham alguma interface com a economia. Sua influência foi maior após o início da Segunda Guerra, quando Keynes foi assessor do Ministério das Finanças.

Já a versão estilizada, V4, atingiu tanto políticos e burocratas sem formação em teoria econômica como o público em geral. A vasta obra de Keynes na imprensa, desde os anos 20, foi seu primeiro veículo de divulgação, que se completou com programas de rádio na BBC, durante a guerra, quando talvez fosse o mais conhecido dos economistas britânicos.

É aceito na literatura o fato de que as diferentes medidas contra a Depressão adotadas nos anos 30 independem das idéias de Keynes.¹³ Podem ser adotadas tanto a partir de posturas pragmáticas, como no caso de Roosevelt,¹⁴ quanto validadas a partir da teoria neoclássica e do **Treatise on Money**.¹⁵ Como

¹¹ Entrevista em Colander e Landreth (1996, p.110).

¹² De 1929 a 1931, Keynes participou do Comitê de Finanças e Indústria (mais conhecido como Comitê Macmillan); de 1930 a 1939, foi membro do Comitê de Assesores Econômicos; em 1930, foi Presidente do Comitê de Economistas; de 1939 até sua morte, foi assessor do Ministro das Finanças. Mas sua influência era muito maior do que se poderia imaginar pelos cargos que ocupou, visto que Keynes teve, desde a Primeira Guerra, importantes contatos sociais com parcela expressiva da elite britânica, incluindo diversos ministros.

¹³ Ver Lee (1989), Hudson (1985) e Bleaney (1985, cap.2).

¹⁴ Ver Hall (1989a, 1989b), Salant (1989), Weir (1989) e Colander e Landreth (1996, cap.1).

¹⁵ Ver Colander e Landreth (1996) e Lee (1989).

explicar, então, o fato de terem sido as idéias keynesianas, e não outras, aquelas que se tornaram hegemônicas como teoria de política econômica nos países anglo-saxões — duas décadas após sua rejeição inicial?

A capacidade de uma teoria fundamental política econômica é função de sua aparente capacidade de resolver um conjunto de problemas prioritários. Sempre que o desemprego adquiriu tal caráter, o keynesianismo foi levado em consideração. Da mesma forma, quando a administração britânica, capitaneada pela cúpula do Tesouro, quis combater a inflação durante a Segunda Guerra, encontrou na contração da demanda agregada proposta por Keynes e Meade o instrumento adequado (Weir, 1989).

A viabilidade da aplicação de uma teoria econômica também é, obviamente, função do tipo de economia nacional que se tenha em vista. O keynesianismo aplica-se de imediato apenas a economias industriais com reduzido grau de abertura, sistema financeiro desenvolvido e rigidez no mercado de trabalho. Em casos distintos, não foi levado em conta, como em pequenas economias, onde políticas de estímulo à demanda podem gerar problemas de balanço de pagamentos, ou em países agrícolas com um sistema financeiro pouco desenvolvido (Hall, 1989b, p.372).

Antes de mais nada, porém, o que era o keynesianismo para os *policy makers*? Seguindo Hall (1989), defino-o como a conjunção de três idéias: (a) que o governo pode influenciar a produção e o emprego também através da administração da demanda, não apenas da administração da oferta e do *laissez-faire*; (b) que a prioridade ao controle do ciclo econômico poderia levar à aceitação de déficits orçamentários; e (c) que a intervenção teria como principal instrumento a política fiscal.

Segundo minha concepção, a recepção de novas idéias pelos *policy makers* é função de uma agenda política, que define quais os principais problemas a serem atacados e quais os instrumentos possíveis. Essa agenda é função sobretudo dos problemas considerados naquele momento relevantes pelos principais agentes políticos e da experiência anterior com política econômica, que confere aos mesmos certezas quanto ao que deve e ao que não deve ser feito. Em momentos de crise, novas teorias podem ser aceitas ou rejeitadas, segundo sua conformação a três variáveis que se influenciam mutuamente: a configuração institucional do aparelho de Estado, a disposição dos principais agentes políticos para suportar o projeto e os sucessos e fracassos recentes na política econômica. Com esse modelo, podemos examinar algumas experiências de sucesso e de fracasso do keynesianismo.

Tomemos o caso sueco. A Suécia, antes da Depressão, tinha tido boas experiências no contato entre a burocracia e os economistas da Escola de

Estocolmo. Igualmente, havia uma memória de bons resultados obtidos com obras públicas, o que facilitou o apoio tanto dos sindicatos quanto do poderoso Partido Social Democrata (Hall, 1989a). Foi, portanto, o país onde primeiro encontramos algo que poderia ser chamado de proto-keynesianismo antes da **Teoria Geral**, o que facilitou a aceitação da mesma; foi também onde se manteve por mais tempo em voga.

Mas a Suécia é, claramente, um caso excepcional. Para termos uma idéia do que foram os testes de força em política econômica, vejamos inicialmente alguns traços da experiência de países onde o keynesianismo foi rejeitado, como Alemanha, França e Japão. Em todos esses países, o keynesianismo teve alguma penetração na universidade, mas sua influência no aparelho de Estado ficou reduzida a pouco mais do que os órgãos encarregados de elaborar as contas nacionais.

Na Alemanha, a idéia de déficit público sofria de condenação quase generalizada até meados dos anos 60, em função da memória da hiperinflação. Por outro lado, a universidade, antes da Segunda Guerra, estava dividida entre ortodoxos e adeptos da Escola Histórica Alemã. Estes últimos preocupavam-se com o longo prazo, enquanto todas as correntes achavam que qualquer política reflacionista era incompatível com a crise fiscal do início dos anos 30 (James, 1989). A implantação da economia de guerra pelo governo nazista deixou como herança forte rejeição à intervenção governamental, cujos símbolos maiores foram a autonomia do Bundesbank e a proibição constitucional de déficits orçamentários. O sucesso da economia social de mercado proposta por Adenauer, com a combinação do *export-led growth* com o Welfare State, fez com que só aparecesse espaço para o keynesianismo em 1965, com o governo social-democrata — a lei que autorizava déficits foi aprovada apenas em 1966 (Allen, 1989).

Na França, no período entre-guerras, havia forte rejeição à pessoa de Keynes, por seu ataque ao Tratado de Versailles e porque o tipo de intervenção por ele proposta era associado ao nazismo (pela esquerda) e ao bolchevismo (pela direita). Por outro lado, a burocracia estatal estava bastante afastada de uma universidade essencialmente ortodoxa. Após a guerra, porém, um certo tipo de “keynesianismo” foi adotado como um dos elementos essenciais do pensamento da elite burocrática formada na École Nationale d’Administration, ao lado do planejamento indicativo (Rosanvallon, 1989). No entanto, acredito que dificilmente se poderá chamar de keynesianismo a administração da demanda agregada acoplada a um conjunto de políticas de oferta, centrada na estatização do sistema financeiro e de boa parte do aparelho produtivo.

No Japão, foi adotada uma política fiscal ativa de 1931 a 1936, quando Korekyio Takahashi (mais tarde conhecido como “o Keynes japonês”) ocupou o

Ministério das Finanças, no bojo de um projeto militar de expansão colonial. No entanto, em 1936, no mesmo mês da publicação da **Teoria Geral**, ao tentar reduzir os gastos com as forças armadas para combater a inflação, o Ministro Takahashi acabou fuzilado em um atentado perpetrado por militares descontentes. A economia de guerra então implantada não deixou espaço para economistas. Já no pós-guerra, a universidade estava fortemente dividida entre neoclássicos, marxistas e keynesianos, tendo pouca influência na formulação de política econômica. A cúpula da forte burocracia era oriunda da Faculdade de Direito de Tóquio e muito mais favorável a uma política industrial agressiva e ao *export-led growth* (Hardley, 1989).

Em suma, nesses países as políticas de corte keynesiano foram derrotadas em seus testes de força, não conseguindo a adesão de agentes políticos expressivos e ficando relegadas a pouco mais do que uma curiosidade acadêmica. Passemos agora aos casos mais estudados da Grã-Bretanha e dos EUA, onde o keynesianismo foi bem-sucedido.

No primeiro desses países, o keynesianismo instalou-se tardiamente, após a Segunda Guerra, mas permaneceu aceito ininterruptamente por governos trabalhistas e conservadores durante mais de três décadas, até o aparecimento do fenômeno Thatcher. O keynesianismo teve sua origem em Cambridge e alcançou alguns jovens professores e estudantes de pós-graduação em Oxford e na London School of Economics, porém ficou por longo tempo confinado a um gueto acadêmico, apesar da intensa atividade de Keynes na imprensa e na assessoria ao Governo.

As explicações para a rejeição das idéias de Keynes antes da Segunda Guerra começaram pelo fato de que a burocracia britânica era altamente hierarquizada, tendo no topo o Tesouro. A famosa "Posição do Tesouro" defendeu o orçamento equilibrado enquanto pôde, até que o início da guerra a tornou politicamente inviável. Por outro lado, o movimento sindical centralizado e o Partido Trabalhista desejavam combater a Depressão sobretudo com o seguro-desemprego, olhando com desconfiança a proposta de obras públicas do Partido Radical, de Lloyd George e Keynes.

Durante a guerra, porém, o Tesouro foi infiltrado pelas idéias keynesianas de combate à inflação, sintetizadas em **How to Pay the War**, tornando-se, daí por diante, um importantíssimo baluarte das novas idéias, face à sua proeminência institucional. Além disso, a administração da demanda tornou-se uma alternativa mais aceitável do que as experiências de estatização e planejamento aplicadas por um governo trabalhista radical no imediato pós-guerra. Trabalhistas moderados e conservadores aceitaram a alternativa keynesiana, sobretudo porque eventuais déficits garantiam a continuidade dos programas de *welfare*

que passaram a integrar a plataforma de ambos os partidos — mesmo quando as taxas de crescimento resultantes eram claramente inferiores às dos países que adotaram políticas industriais agressivas.

Os EUA constituem-se em um caso diferente. Sua burocracia, descentralizada e fragmentada, era “porosa” o bastante para absorver as mais diversas idéias oriundas da universidade, mas, em compensação, dificilmente se consolidavam hegemonias. Por sua vez, a universidade, nos anos 30, estava dividida entre ortodoxos e institucionalistas, ambos de diferentes matizes, e a presença de keynesianos era mínima.

No primeiro New Deal (até 1936), os institucionalistas foram chamados por Roosevelt, que lhes entregou sobretudo a condução da política agrícola. Entre estes dominavam os professores da Universidade de Columbia,¹⁶ que, inspirados em Thorstein Veblen, defendiam o planejamento central da alocação de recursos, visando à correção dos preços relativos em favor dos setores competitivos da economia (principalmente o agrícola) e contra o setor oligopolista (principalmente a indústria do nordeste). Esses institucionalistas elaboraram uma política de defesa de preços agrícolas razoavelmente bem sucedida a partir de 1933. Porém, quando, em 1935-36, a Suprema Corte considerou tal política inconstitucional e seus mentores foram afastados, aumentou a importância do outro grupo de institucionalistas, aqueles liderados por John Commons, da Universidade de Winsconsin. Estes pregavam não uma manipulação direta de preços e quantidades, mas o aprimoramento da ação reguladora do Estado, numa série de “(...) intervenções visando coordenar a oferta e a demanda no longo prazo e reduzir as provações econômicas dos membros mais fracos da comunidade” (Barber, 1994, p.571).

Esses professores de Winsconsin implantaram uma política agrícola após 1936 baseada no subsídio à redução do plantio pelo abandono das terras menos férteis e na obtenção de melhores preços para a produção. Mas, ao mesmo tempo, o cenário tinha mudado. A reeleição de Roosevelt deveu-se em parte a uma política fiscal populista, envolvendo medidas como o pagamento de bônus aos veteranos da Primeira Guerra, em 1936. Tais medidas geraram um surto inflacionário, que, combatido com o receituário ortodoxo viabilizado pela passagem da eleição, gerou a recessão de 1937-38. Quando a guerra inviabilizou o equilíbrio orçamentário, a comparação entre os resultados dos dois períodos abriu espaço para as idéias keynesianas, com a política fiscal aparecendo como o caminho para o pleno emprego.

¹⁶ Sobre tudo Rexford G. Tugwell e Gardiner C. Means.

A principal figura responsável pela inserção do keynesianismo no aparelho de Estado foi Lauchlin Currie,¹⁷ que abriu espaço para a nova visão, combatendo as análises de Gardiner Means e acabou na Casa Branca, como assessor de Roosevelt. O foco de sua análise no curto prazo permitiu sua adaptação aos institucionalistas da linha de Commons, que sempre se tinham preocupado com ajustes estruturais que apresentassem resultados no longo prazo. E a união dessas duas linhas de pensamento resultou nas políticas do segundo New Deal.

Outra figura essencial para o sucesso do keynesianismo foi o recém-convertido Alvin Hansen. Inicialmente um feroz crítico de Keynes, converteu-se em contato com Lauchlin Currie no seminário de política fiscal então existente em Harvard. Em sua conferência, ao assumir a presidência da American Economic Association, em 1938, defendeu a compatibilidade entre os objetivos sociais do New Deal e a boa teoria econômica, no que pode ter sido um fato fundamental para a legitimação acadêmica das novas idéias.

Após a guerra, a volta dos republicanos ao poder afastou os ideólogos keynesianos das linhas de frente da formulação de políticas durante toda a década de 50. Mas, em uma burocracia ampla e descentralizada como a norte-americana, sobreviveram diversos grupos keynesianos, ao mesmo tempo em que adquiriam maior legitimidade na universidade. Sua volta ao centro de decisões ocorreu, em grande estilo, no Governo Kennedy, acabando entronizado entre os republicanos com a fala de Nixon (“Agora somos todos keynesianos”) e só sendo derrotado pela *Reaganomics*.

1.3 - A revolução pedagógica da economia

O mais importante instrumento para a versão voltada ao público estudantil do keynesianismo, V3, foi o livro introdutório de Samuelson. A difusão das idéias keynesianas entre estudantes de graduação e o público leigo culto não podia ser feita com o uso do **Treatise** nem da **Teoria Geral**. Nos primeiros anos,

¹⁷ Destacado funcionário do FED e posteriormente Assessor de Roosevelt na Casa Branca, Currie não era apenas um funcionário politicamente habilidoso, mas um economista bastante refinado, ligado ao seminário de política fiscal Williams e Hansen em Harvard. Já no início dos anos 30, “(...) Lauchlin Currie estava desenvolvendo a teoria clássica do desequilíbrio monetário, e assim estava aberto às idéias de Keynes. As entrevistas com Walter Salant e Richard Musgrave mostraram que muitos estudantes viam Currie como um pensador de ponta e um teórico talvez ainda mais sofisticado do que Keynes” (Colander, Landreth, 1996, p.14).

circularam apostilas com as notas de aulas de alunos de Cambridge, como Robert Bryce; logo após à publicação da **Teoria Geral**, apareceram, com aprovação de Keynes, três textos de divulgação, de autoria de Abba Lerner, James Meade e Joan Robinson. Mas nenhum deles teve sucesso imediato no meio acadêmico norte-americano, ficando restritos à parte do público britânico.

O grande campo de batalha para a penetração do keynesianismo nas universidades foram os EUA. O primeiro manual de economia tipicamente keynesiano publicado foi o de Lorie Tarshis (1947). Expunha um modelo simples de aplicação do papel das políticas monetária e fiscal, sem incursões no *hard core* da teoria. O livro teve imenso sucesso no primeiro ano após a publicação, sendo adotado em Yale, Brown e Middlebury, dentre outras. Mas foi rapidamente abandonado em função da pressão de patrocinadores das universidades, que consideravam as propostas de política econômica do keynesianismo como uma nova roupagem do marxismo.¹⁸ Tarshis foi uma das primeiras vítimas da Guerra Fria.¹⁹

Mas, logo no ano seguinte, apareceram os manuais de Dillard (1948) e, sobretudo, de Samuelson (1948). Este último teve imensa e favorável repercussão. Baseado no conceito de “economia positiva”, fugia do debate político e adotava a aura de cientificidade de gráficos e modelos matemáticos: “Combater este texto significava opor-se não apenas a uma prescrição de política, mas também aos modelos científicos” (Colander, Landreth, 1996, p.22). Afastados os adversários ideológicos, Samuelson também acenava para os adversários acadêmicos: usava os diagramas de fluxo circular propostos por Frank Knight e inventava o gráfico em cruz keynesiana, “este totem que corresponde ao totem microeconômico da oferta e da demanda” (Colander, Landreth, 1996, p.23).

Mais ainda: o uso da estatística e da econometria (da qual Keynes não era um grande admirador) atendia a uma reivindicação dos institucionalistas, grande parte dos quais acabou aderindo à nova doutrina. E a possibilidade de

¹⁸ “O que praticamente matou no nascedouro o livro de Tarshis foram os ataques pessoais e políticos que o qualificaram como um ‘keynesiano-marxista’ (anteriormente Herbert Hoover havia popularizado esta expressão).” (Samuelson, 1997, p.158).

¹⁹ “(...) quando escrevi meu livro eu fui acusado por William Buckley, então estudante em Yale, entre outros, de ser um comunista ou cripto-comunista. (...) então começou o ataque. O homem que o fez acabou na cadeia, não pelo ataque, mas por malversação financeira (...). Foi uma (...) campanha organizada na qual enviaram recortes de jornais a todos os dirigentes de todas as universidades que haviam adotado o livro. (...) O livro (...) vendeu aproximadamente 10.000 cópias, mas acabou morrendo em 1948 ou 1949.” Trecho de entrevista de Tarshis (Colander, Landreth, 1996, p.68-69).

formalização e de teste empírico tornou o keynesianismo objeto de uma infinidade de teses de pós-graduação, que, ao mesmo tempo, assegurava novos discípulos e enriquecia o corpo da doutrina.

No entanto, mesmo essa obra foi derrotada em alguns testes de força. Quando adotada na reforma do ensino de economia da Universidade de Illinois, por exemplo, foi alvo de violenta campanha de professores, políticos republicanos e jornalistas, que pressionaram os financiadores da Universidade, acusando os jovens reformadores de comunistas.²⁰ Apesar de apoios vindos das Universidades de Chicago e Columbia, que alegavam que o curso tinha saído do limbo para se tornar um dos três melhores do país, o ataque macarthista foi bem-sucedido e resultou no afastamento do diretor da Escola de Comércio e no pedido de demissão de 17 jovens professores, dentre os quais Don Patinkin e Franco Modigliani. Logo após esse evento, a reunião da American Economic Association (AEA) homenageou o diretor demitido com uma ovação de oito minutos (Solberg, Tomilson, 1997).

Esses fatos ilustram que a existência de uma rede de keynesianos e o uso de entidades como a AEA foram importantes para a legitimação dos novos manuais e a generalização de seu uso. O livro de Samuelson vendeu quatro milhões de cópias, em 15 edições (freqüentemente atualizadas, com importantes mudanças), em 41 línguas (Skousen, 1997, p.137) e um número estimado de 10 milhões de leitores; seus adversários foram relegados ao limbo.

Assim, no início dos anos 50, a economia keynesiana, na versão “bastarda”, venceu a maioria de seus testes de força e invadiu as universidades através dos manuais de Samuelson, Dillard e Hansen. Inúmeros clones dessas obras, com maiores ou menores acréscimos, e manuais de níveis intermediário e avançado apareceram desde então, até serem sufocados nos anos 80 pela revolução novo-clássica. A base para o abandono dessas obras estava nelas mesmas: trabalhavam com uma macroeconomia que admitia múltiplos equilíbrios, mas tentava conciliá-la com uma microeconomia na qual o sistema econômico gravitava em torno de um único equilíbrio. E isto não era mais considerado aceitável pela maioria dos novos profissionais educados na V1 do equilíbrio geral, já amadurecida após três décadas de difusão e decantação do modelo Arrow-Debreu.

²⁰ O conflito travou-se entre os jovens keynesianos e os antigos professores, autores de livros-texto para consumo local, apoiados pelos departamentos de contabilidade, administração e *marketing*. O professor que iniciou o ataque aos keynesianos se mudou mais tarde para a Universidade da Flórida, onde se vangloriou de serem muito melhores as condições de trabalho, pois os professores não eram pressionados para publicarem, e existiam ótimos campos de golfe.

1.4 - Questões a esclarecer

Por que razão o keynesianismo difundiu-se tão rapidamente quanto foi abandonado, após quase três décadas de hegemonia? Geralmente se aceita que o fracasso no combate à *stagflation* dos anos 70 retirou legitimidade de suas propostas de política econômica, o que abriu espaço para a ascensão de economistas ortodoxos à assessoria dos governos, o que, por sua vez, favoreceu o que poderíamos chamar de legitimação e consagração de suas críticas teóricas e para a difusão de seus manuais.

Ainda que contendo importantes elementos explicativos, essa versão não dá conta do fato de que durante décadas as deficiências do keynesianismo estiveram presentes, mas não impediram sua vitória. As falhas de sua *hard theory* eram visíveis desde os anos 30; a limitação de suas propostas de política econômica estava clara desde o processo de reconstrução do pós-guerra, em praticamente todos os países fora do mundo anglo-saxônico (e, de certa forma, na própria Grã-Bretanha). Como explicar, então, que o naufrágio tenha ocorrido apenas no final dos anos 70?

Uma possível explicação está na forma de organização da escola keynesiana, como a via Schumpeter (ver nota 6). O sucesso do keynesianismo é função do sucesso dos keynesianos nas diversas arenas em que atuaram, reforçando-se mutuamente em uma rede que multiplicava o poder de cada um. Desenvolvendo a explicação de Schumpeter segundo os termos que propus no início deste artigo, a hipótese que defendo é que a hegemonia do keynesianismo corresponde à hegemonia de uma geração de intelectuais e *policy makers* que o utilizaram como ferramenta de legitimação e consagração. Os keynesianos ter-se-iam constituído numa **geração sociológica**, no sentido proposto por Abrams (1982), e sua ascensão e declínio podem ser explicados pela hipótese de Hirschman (1982), como tentarei demonstrar a seguir.

2 - Ascensão e queda da geração sociológica keynesiana

2.1 - Geração sociológica

Em todos os momentos da história da cultura, existem conjuntos de idéias hegemônicas e outros de menor expressão. Uma **geração sociológica** é formada pelas pessoas que, independentemente de sua idade biológica, adotam alguns desses conjuntos de idéias, os quais definem sua identidade — sua

visão de mundo, os caminhos possíveis a seguir nos diversos campos e os meios disponíveis aceitáveis.²¹

Uma **geração sociológica** constitui-se, reproduz-se e dissolve-se a partir da conjugação entre os interesses de uma geração biológica que chega à maturidade e os eventos históricos marcantes da época. É essa conjugação entre indivíduos em busca de sua identidade e o momento de estabilidade ou de mudança da sociedade que vai influenciar a manutenção das idéias dominantes ou sua substituição por idéias novas.

“If a new sociological generation is to emerge, a new configuration of social action, the attempt of individuals to construct identity must coincide with major and palpable historical experiences in relation to which new meanings can be assembled. (...) The social organization of the life circle creates moments of more or less acute exploration - searching the environment to create a unity of meaning between the self and others. But it is historical events that seem to provide the crucial opportunities for reconstructing new versions of such meanings.” (Abrams, 1982, p.255).

[“Se uma nova geração sociológica está para emergir, então uma nova configuração da ação social e a tentativa dos indivíduos construir sua identidade precisam coincidir com as principais e mais visíveis experiências históricas em relação às quais podem ser construídos novos significados (...) A organização social do ciclo da vida cria momentos de maior ou menor capacidade de exploração e busca no meio ambiente criar uma unidade de significado entre o eu e os outros. Mas são os eventos históricos que parecem proporcionar as oportunidades cruciais para construir novas versões para tais significados.”]

²¹ O conceito de **geração sociológica** foi estabelecido em 1951 por Rudolf Heberle, que se preocupava em diferenciá-la da simples **geração biológica**: “Uma geração sociológica não pode ser definida em termos biológicos ou de grupos de idade, precisando ser definida em termos de compartilhamento de experiências, sentimentos e idéias. Uma geração é, portanto, um novo modo de sentir e de compreender a vida, que se opõe ao antigo modo — ou ao menos deste difere. Uma geração é um fenômeno de mentalidade e moralidade coletivas. [Os membros] de uma geração sentem-se ligados por uma comunidade de pontos de vista, de sentimentos e de aspirações”. (Abrams, 1982, p.258).

Dentro de cada geração biológica, alguns indivíduos são mais ousados e criativos, capazes de escolher caminhos novos, plenos de desafios e promessas. Na maior parte do tempo, esses elementos acreditam que os novos caminhos estão abertos pelo paradigma dominante e aderem ao mesmo. Mas, em determinadas ocasiões, surgem eventos cruciais, capazes de produzir uma alteração na maneira como a maior parte das pessoas vêem o mundo, como crises, guerras e revoluções. Essa mudança na visão de mundo pode criar uma nova geração sociológica, em um processo em que a história de vida dos indivíduos interage com a história da sociedade, conformando novos tipos de identidade (Abrams, 1982, p.255-256).

As idéias sobre economia fazem parte dessas crenças, seja do teórico de ponta como do *policy maker* e do simples leigo. E, em determinados momentos, a comunhão de uma crença como esta pode fazer com que muitos indivíduos se identifiquem e cooperem para a ascensão profissional. É evidente que, após a revolução bolchevique, os economistas marxistas russos tiveram facilitada sua ascensão profissional, assim como perderam prestígio após a derrocada do regime. Da mesma forma, após a tomada do poder pelo General Pinochet, os economistas chilenos ligados à escola de Chicago viram multiplicarem-se suas oportunidades, que se reduziram com a redemocratização. Algo semelhante ocorreu com os keynesianos. Como traduzi-lo em termos da teoria que adotamos?

Os keynesianos aproveitaram um momento em que a ortodoxia tinha perdido força, por conta da Depressão e das necessidades da economia de guerra, e se impuseram como pensadores confiáveis junto à burocracia e à opinião pública como formuladores eficazes de política econômica. Legitimados por sua leitura da crise de 1937-38, consagrados enquanto conselheiros dos *policy makers*, estenderam seus braços para o ensino de economia, com resultados ainda mais satisfatórios. Esse duplo sucesso possibilitou o abandono dos problemas da V1, da versão *hard core* da teoria.

Multidões de estudantes de graduação e pós-graduação aderiram à novidade, a qual lhes proporcionou boas colocações no mercado de trabalho, seja em empresas privadas, na burocracia ou na universidade, durante três décadas. No entanto, em meados dos anos 70, os problemas de controle da *stagflation* colocavam um desafio a que os jovens economistas não encontravam uma resposta satisfatória no keynesianismo. A crise de meados dos anos 70 aparece, nesses termos, como a mudança histórica capaz de dar origem a uma nova geração sociológica. Como, então, os jovens economistas se comportaram diante do fenômeno?

O sistema universitário norte-americano é altamente competitivo (Earp, 1986) e não permite boas perspectivas para a carreira de alguém tido como adepto de idéias “ultrapassadas”. Diante do aparente fracasso de uma teoria, ocorre uma migração em massa tanto dos interesses quanto de verbas de pesquisa e oportunidades de trabalho. O mecanismo pelo qual essa decepção se deu pode, acredito, ser convenientemente explicada pelo mecanismo de mudança de preferência proposto por Albert Hirschman.

2.2 - Hirschman: aposta e decepção

Em um pequeno livro pouco mencionado, Hirschman (1982) compara o comportamento político de grupos sociais com o do consumidor diante de um produto. Um consumidor adquire um bem, testa-o e usa-o durante o tempo em que este lhe traz satisfação; muda de bem quando se sente logrado ou quando encontra um substituto que lhe pareça mais adequado. Suponho que algo semelhante ocorre no mercado das idéias, onde, porém, o tempo de teste é muito demorado, podendo prolongar-se por décadas.

Hirschman identifica dois grandes tipos de comportamento político: o socialmente ativo e o individualista. Em alguns momentos da História, uma grande quantidade de indivíduos decide perseguir ativamente uma meta política e se mobiliza para tal. Podem engajar-se em campanhas, participar de passeatas, fazer propaganda, votar. Em outros momentos, porém, preferem ocupar-se de sua vida privada, considerando que o esforço socialmente ativo é inútil. No caso dos EUA, cada fase desse ciclo, no século XX, compreende de duas a três décadas.

A transição entre esses dois comportamentos se dá através de um processo de aposta-investimento-decepção. Após ter empregado um grande esforço militante sem obterem os resultados esperados, as pessoas decepcionam-se e recolhem-se à esfera privada. Analogamente, após investirem em suas vidas privadas sem os progressos desejados, as pessoas passam a culpar o sistema em que antes acreditavam e se dispõem a modificá-lo.

Como juntar a tese de Hirschman com a de Abrams? Simplesmente considerando que as pessoas se constituem em agentes políticos e econômicos quando se integram em grupos e que os grupos dominantes se constituem em uma geração sociológica. Mais ainda, no mercado de idéias políticas e econômicas as pessoas e os grupos não precisam ter vivido uma experiência e se frustrarem para rejeitá-la. Elas podem rejeitar pela simples observação da

experiência de outrem, tal como fazem no mercado de bens de consumo, consultando o vizinho sobre uma nova marca de iogurte. Sobretudo, uma geração pode recusar-se a repetir a experiência de seus pais e mestres e buscar um novo caminho. Geralmente essas mudanças se dão em momentos históricos críticos, que favorecem a ruptura, tal como descritos por Abrams.

A decepção com a ortodoxia favoreceu a adoção do keynesianismo em um momento de grande esperança na reconstrução do pós-guerra. Não para todos, mas para uma grande maioria. A crença no *American Way of Life* era compatível com a administração da demanda agregada, e os resultados foram satisfatórios para aqueles que viveram os duros anos da Depressão e da guerra. Os filhos dessa geração, porém, mostraram sua insatisfação com os resultados na crise político-ideológica de 1968, ao mesmo tempo em que o instrumental de política econômica não mais garantia bons resultados após 1973. Exatamente nesse momento, uma parcela considerável dos keynesianos históricos caminhava para a aposentadoria, o que reduzia seu peso institucional e a possibilidade de encaminhar estratégias conservadoras nas universidades e no interior da burocracia. Para um estudante de economia, não era um bom investimento apostar em um corpo teórico fracassado em um momento de mudança. Parecia mais interessante escolher outra linha de investigação, sobretudo após a ascensão de Reagan (se uma trajetória pessoal pode ilustrar, tomemos o caso do estudante maoísta francês Olivier Jean Blanchard, que migrou das barricadas do Quartier Latin para as salas de aula da Yvy League e a revisão do velho keynesianismo).

O sucesso e o fracasso de uma teoria econômica em um país hegemônico difundem-se pelo resto do mundo, tal como qualquer outro produto da indústria cultural (Hirschman, 1989). A difusão dá-se através da exportação de assessores econômicos para outros governos, da atuação de organismos como o Banco Mundial e o FMI, bem como através da exportação de literatura econômica e da formação de economistas estrangeiros em universidades norte-americanas. Dessa forma, um certo tipo de efeito-demonstração explica a expansão e o declínio do keynesianismo em nível mundial, como desdobramento do que ocorrera nos EUA. Aparentemente, uma geração sociológica pode ser exportada — ou ao menos seu componente de idéias econômicas.

3 - Conclusão

A hipótese aqui defendida foi que os estudos de história do pensamento econômico podem ser enriquecidos pela incorporação do instrumental utilizado na história das idéias. Essa postura em nada conflita com a tradição de leitura

de textos clássicos, sua contextualização e a busca de elementos teóricos esquecidos para enriquecer nossa reflexão presente. Ao contrário, esta poderá beneficiar-se da compreensão do contexto dos momentos de surgimento, de reprodução e de abandono de cada corpo de idéias.

A difusão de uma teoria dá-se através de diversas versões, correspondentes a diferentes interesses de distintos agentes. Os arranjos entre os mesmos estabelecem redes mais fortes ou mais fracas, responsáveis pelo surgimento de efeitos de legitimação, logo, pelo grau de sucesso da proposição. Quando esses efeitos se acumulam, transformam-se em efeitos de consagração, que levam aquela caixa-preta a constituir-se em um elemento importante do conjunto de valores que compõem a cultura de uma geração sociológica. A ascensão e a queda dessa geração são provocadas por — e, simultaneamente, arrastam consigo — cada um dos conjuntos de idéias que a constituem. Nesses termos, o keynesianismo foi um elemento decisivo na conformação da geração dos *trente glorieuses*, e com esta sucumbiu.

— Acredito que o processo de aparecimento e declínio do keynesianismo pode ser explicado de maneira mais abrangente com o uso de um raciocínio deste tipo, da mesma forma que foi enriquecido pela idéia da tríplice revolução proposta por Colander e Landreth. Caso essa explicação seja considerada aceitável, pode-se partir para um esforço de abstração que conduza a uma **teoria** da difusão das idéias econômicas. Vejamos, agora, se a comunidade acadêmica tem interesse em debater essa hipótese e enriquecê-la.

Bibliografia

- ABRAMS, Phillip (1982). **Historical sociology**. Ithaca : Cornell University.
- ALLEN, Christopher S. (1989). The underdevelopment of Keynesianism in the Federal Republic of Germany. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.
- BARBER, William J. (1987). The career of Alvin Hansen in the 1920s and 1930s: a study in intellectual transformation. **History of Political Economy**, v.19, n.2.
- BARBER, William J. (1994). The divergent fates of two strands of 'institutionalist' doctrine during the New Year days. **History of Political Economy**, v.26, n.4.
- BLAUG, Mark (1991). Second thoughts on the Keynesian revolution. **History of Political Economy**, v.23, n.2.

- BLEANEY, Michael (1985). **The rise and fall of Keynesian economics**. London : MacMillan.
- COLANDER, David C., LANDRETH, Harry (1996). **The coming of keynesianism to America**: conversations with the founders of keynesian economics. Cheltenham and Brookfield/ Edward Elgar.
- CRAVER, Earlene, LEIJONHUFVUD, Axel (1987). Economics in America: the continental influence. **History of Political Economy**, v,19, n.2.
- DILLARD, Dudley (1948). **The economics of John Maynard Keynes**. New York : Prentice Hall.
- EARP, Fabio Sá (1996). Um pouco além de Thomas Kuhn: da história do pensamento econômico à história da ciência econômica. **Revista de Economia Política**, v.16, n.1, jan.
- EARP, Fabio Sá (1996a). Estados Unidos versus Europa: mercados distintos, maneiras diferentes de fazer ciência econômica. **Revista de Economia Política**, v.16, n.4, out./dez.
- EATWELL, John (1987). Keynesianism. In: EATWELL, J. et al. **The new palgrave** - a dictionary of economics. London : Macmillan, v.2, p.46-7.
- GILBERT, R. et al. (1938). An economic program for American democracy. New York : Vanguard.
- HALL, Peter (1889b). Conclusion: the politics of Keynesian ideas. In: _____. **The political power of economic ideas**: Keynesianism across nations. Princeton : Princeton University.
- HALL, Peter (1989). **The political power of economic ideas**: Keynesianism across nations. Princeton : Princeton University.
- HALL, Peter (1989a). Introduction. In: _____. **The political power of economic ideas**: Keynesianism across nations. Princeton : Princeton University.
- HANSEN, Alvin (1953). **A Guide to Keynes**. New York : McGraw Hill.
- HARDLEY, Eleanor M.(1989). The diffusion of keynesian ideas in Japan. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas**: Keynesianism across nations. Princeton : Princeton University.
- HARROD, Roy (1951). **The life of John Maynard Keynes**. London : Macmillan.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1982). **Shifting involvements**: private interest and public action. Princeton : Princeton University. (Trad. bras. De consumidor

a cidadão - atividade privada e participação na vida pública. São Paulo : Brasiliense, 1983).

HIRSCHMAN, Albert O. (1989). How the Keynesian revolution was exported from the United States, and other comments. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.

HUDSON, Michael (1985). Germans economists and the Depression of 1929-1933. **History of Political Economy**, v.17, n.1.

JAMES, Harold (1989). What is keynesian about deficit financing? The case of interwar germany. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.

JOHNSON, Harry (1977). Keynes e a economia inglesa. In: KEYNES, Milos, org. **Ensaio sobre John Maynard Keynes**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

KEYNES, Milos, org. (1975). **Essays on John Maynard Keynes**. Cambridge University. (Trad. bras. Ensaio sobre John Maynard Keynes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977).

LEE, Bradford A. (1989). The miscarriage of necessity and invention: proto-Keynesianism and democratic states in the 1930s. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.

LERNER, Abba P. (1936). Mr. Keynes 'General Theory of Employment, interest and money. **International Labour Review**, p. 435-454, Oct.

MCCLOSKEY, D. N. (1985). **The rhetoric of economics**. Madison : Tehe University of Winsconsin.

MIZEN, Paul, PRESLEY, John R. (1995). Robertson and persistent negative reactions to Keynes's 'General Theory': some new evidence. **History of Political Economy**, v.27, n.4.

PORTOCARRERO, Vera, org. (1994). **Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro : FIOCRUZ.

ROBINSON, Joan (1937). **Introduction to the theory of employment**. London : Macmillan.

ROSANVALLON, Pierre (1989). The development of keynesianism in France. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.

- SALANT, Walter A. (1989). The spread of keynesian doctrines and practices in the Unites States. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.
- SAMUELSON, Paul A. (1948). **Economics, an introductory analisys**. New York : McGraw Hill.
- SAMUELSON, Paul A. (1997). Credo of a lucky textbook autor. **Journal of Economic Perspectives**, v.11, n.2, p.153-160, Spring.
- SCHWARTZMAN, Simon (1994). Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour). **Novos Estudos CEBRAP**, n.39, jul.
- SHABAS, Margareth (1992). Breaking away: history of economics as history of science. **History of Political Economy**, v.24, n.1.
- SKIDELSKY, Robert (1977). A acolhida à revolução Keynesiana. In: KEYNES, Milos, org. **Ensaio sobre John Maynard Keynes**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- SKIDELSKY, Robert (1992). **Jonh Maynard Keynes: the economist as a savior (1920-1937)**. London : MacMillan. (2.ed. - New York : Penguin, 1995).
- SKOUSEN, Mark (1997). The perseverance of Paul Samuelson's. **Economics**", **Journal of Economic Perspectives**, v.11, n.2, p.137-152, Spring.
- SOLBERG, Winton U., TOMILSON, Robert W. (1997). Academic McCarthyism and Keynesian economics: the Bowen controversy at the University of Illinois. **History of Political Economy**, v.29, n.1.
- TARSHIS, Lorie (1947). **The elements of economics: an introduction of the theory of price and employment**. Boston : Houghton Mifflin.
- WEIR, Margareth (1989). Ideas and politics: the acceptance of Keynesianism in Britain and Unites States. In: HALL, Peter. **The political power of economic ideas: Keynesianism across nations**. Princeton : Princeton University.
- YONAI, Yuval (1994). When black boxes clash: competing ideas of what is science in economics. **Social Studies of Science**, v.24, n.1, Feb.

Abstract

This paper discusses the dissemination of economic thought as a socialization process and proposes that, in at least certain cases, the implementation of new economic schools is a result of the origin of a new sociological generation. This approach is centered mostly on the interaction between economists and their clientele and include a relatively large number of explanatory variables. Keynesianism has been chosen as an example mostly because of the abundance of recent studies on the subject. This paper regard the difusion of Keynesian ideas as a result of three revolutions: the theoretical revolution, the economic policy revolution and the pedagogical revolution.